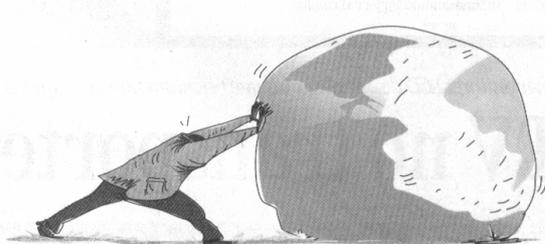


## Imobilismo ambiental

Em cinco de junho, comemorou-se o Dia Mundial do Meio Ambiente. Nós, brasileiros, pouco temos o que comemorar. A lei sobre mudanças climáticas, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional, aguarda implementação pelo Executivo. A lei que instituiu o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, naturalmente, sucumbiu às exigências do contingenciamento orçamentário. Enquanto isso, países antes refratários à adoção de medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa têm avançado em suas posições: a Índia apresentou há pouco um grande projeto de reforestamento; a Indonésia decretou moratória, por dois anos, de qualquer tipo de desmatamento de suas matas tropicais; a China converteu-se no maior produtor mundial de geradores eólicos.

Em nosso país, as questões ambientais que estão a reboque do aquecimento climático são encaradas com ceticismo e, até, alguma dose de irresponsabilidade, apesar de já sofrermos inundações, deslizamentos de terra, secas extemporâneas com enormes prejuízos para a agricultura e crescente dificuldade de abastecimento de água em grandes cidades. Segundo cientistas, o país será uma das regiões mais atingidas no mundo pelas alterações no clima. Aliás, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) adverte, há tempo, que se forem mantidas as atuais tendências, a temperatura na Amazônia, ao



fim do século, poderá aumentar em até 6°C e, no centro-oeste, atingir entre 3°C e 4°C, acarretando perdas possíveis de 20% a 25% dos já escassos recursos hídricos do semi-árido brasileiro.

Estudos mostram ainda que o aumento de temperatura será catastrófico para a agricultura brasileira. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) alerta que nove das principais culturas brasileiras (como café, feijão, soja, algodão) já estão sofrendo por causa do aumento de temperatura. As perdas na produção, em 2014, poderão atingir R\$ 7 bilhões por ano. Nada de decisivo foi feito para enfrentar o problema, até agora. A ciência do clima teve um marco com a publicação do Relatório Stern, em 2007, e o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), organismo técnico instituído no âmbito das Nações Uni-

das que existe há mais de duas décadas. Isso oferece um cabedal acumulado de dados e informações científicas que não nos permite tergiversar sobre os custos e riscos que o aquecimento global imporá a todos neste mundo.

Entretanto, o imobilismo governamental também se verifica em outras áreas estratégicas. O governo federal, por exemplo, não tem priorizado investimentos para diminuir a dependência do país dos combustíveis fósseis. Nenhuma prioridade tem sido atribuída à geração de eletricidade por fontes eólicas, tampouco à repotenciação das grandes usinas já instaladas e que poderiam ter suas turbinas substituídas por equipamentos mais potentes e modernos. Ao contrário, aposta-se nas poluentes termelétricas e não se investe no aprofundamento de alternativas para manter a matriz energética limpa brasi-

leira, por exemplo, ampliando a utilização do biodiesel no setor de transportes rodoviários e urbanos e incentivando a cogeração de energia elétrica em usinas de açúcar e álcool. No ano passado, nenhum recurso orçamentário destinado ao Programa Energia Alternativa Renovável foi aplicado para ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis. Por outro lado, do R\$ 1,3 bilhão previsto no programa para ampliar a oferta de água em bacias hidrográficas onde é possível a construção de pequenas hidrelétricas, apenas R\$ 129 milhões foram usados em 2009, ou seja, menos de 10% do total.

Na realidade, o que se tem visto são manifestações explícitas de resistência à adoção de uma política econômica sustentável. Não foi cumprida a promessa de se criar áreas de conservação, sempre que licenças ambientais fossem concedidas para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento): de 2008 até hoje, foram criadas apenas sete unidades de conservação, enquanto no mesmo período o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) autorizou 260 obras do PAC. Uma unidade de conservação é o primeiro passo para evitar o desmatamento ilegal.

Por falar em desmatamento, o país ainda é alvo de muitas preocupações, principalmente no que se refere à floresta amazônica. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

(Pnuma), imagens de satélite sugerem que uma área crescente da Amazônia está sendo degradada. O desmate da Amazônia brasileira já atingiu 17% do total. Ainda segundo o Pnuma, com a interação entre desmatamento, queimadas e mudanças climáticas, a Amazônia pode sofrer um colapso generalizado com a ocorrência de incêndios mais freqüentemente e secas prolongadas. Não podemos esquecer que o Brasil é o quarto maior emissor de CO2 do mundo devido ao desmatamento.

Essa configuração é o que se constata pelo lado do governo federal, já que alguns Estados brasileiros avançam individualmente, com propostas de proteção ambiental e na redução de efeitos e impactos do aquecimento global. Temos São Paulo, por exemplo, que legislou escalonando o abandono de práticas de queimadas nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar e estabelecendo metas obrigatórias de redução de emissões, por setor da economia. Em direção semelhante, legislaram os Estados de Minas Gerais e do Amazonas, combatendo o desmatamento em seus territórios.

A gravidade, a relevância e a urgência da questão exigem que se enfrente esse cenário ameaçador. O custo do imobilismo é incalculável.

ANTONIO CARLOS MENDES THAME é professor de economia da Esalq/USP (licenciado) e deputado federal (PSDB/SP)



ANTONIO CARLOS MENDES THAME